



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 2024

“Os pivetes”: Menores infratores e as relações de sociabilidade através das concepções de masculinidade em Feira de Santana (1940-1960)

Elicassiane de Freitas Santos¹; Andrea da Rocha Rodrigues P. Barbosa²

1. Bolsista – Modalidade Bolsa/PVIC, Graduando em Nome do Curso, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: elicassianefreitas@gmail.com 2. Orientador, Departamento de nome, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: arrpbarbosa@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Menores Infratores; Masculinidades; Feira de Santana.

RESUMO

INTRODUÇÃO

A criminalidade juvenil a partir da interação entre masculinidade e sociabilidade, ampliando o foco além de fatores como pobreza e falta de oportunidades. A masculinidade, entendida como construção social, é influenciada por normas históricas e culturais que frequentemente incentivam comportamentos agressivos e transgressores. Referências teóricas como Pierre Bourdieu, Raewyn Connell e Michel Foucault ajudam a explicar como práticas culturais e instituições sociais moldam identidades e comportamentos. Connell destaca a masculinidade hegemônica, que valoriza força e dominação, enquanto Bourdieu e Foucault ressaltam o papel de práticas sociais e mecanismos de controle na formação de identidades desviantes. O trabalho de Andréa da Rocha Barbosa traz um panorama histórico, indicando que, entre 1940 e 1960, a masculinidade adolescente estava vinculada a papéis tradicionais como o trabalho, o sustento familiar e comportamentos como fumar e namorar. Nesse período, reportagens jornalísticas frequentemente reforçavam estereótipos, retratando jovens infratores como sujeitos guiados por pressões sociais ligadas à afirmação de uma masculinidade dominante.

Com foco na cidade de Feira de Santana, então em transição econômica, o estudo evidencia como a falta de oportunidades formais para os jovens os conduzia a comportamentos infratores, muitas vezes influenciados pelas normas de sociabilidade local. Ao unir literatura acadêmica e relatos jornalísticos, a análise oferece uma visão integrada sobre a relação entre masculinidade, sociabilidade e infração juvenil, destacando os fatores sociais que moldaram tais comportamentos em contextos de desigualdade e exclusão.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

A pesquisa inicialmente planejava analisar processos-crime e matérias do jornal Folha do Norte (1940-1960) para investigar práticas judiciais e representações sociais de menores infratores sob a perspectiva da História Social da Cultura e dos Estudos de Gênero. Contudo, a ausência de processos-crime sobre menores infratores redirecionou o foco exclusivamente para as matérias jornalísticas, que se revelaram fontes valiosas para compreender percepções sociais sobre crime, masculinidade, classe e raça. Com rigor metodológico, a análise contextualizou as notícias, identificando padrões de representação e narrativas sobre a juventude infratora. A pesquisa destacou o papel dos jornais como fontes primárias, permitindo uma compreensão ampla das intersecções entre gênero, raça e classe no contexto da justiça e criminalidade juvenil da época.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

O Jornal Folha do Norte de Feira de Santana publicou uma série de matérias sobre menores infratores, evidenciando tanto a situação das crianças em contexto de marginalização quanto as soluções propostas para a proteção infantil. Inicialmente, os jornais focaram pouco na questão dos menores infratores, mas ao longo dos anos, uma crescente percepção sobre a necessidade de políticas públicas ficou evidente, com ênfase na educação e na criação de instituições para proteger e reintegrar os menores. A partir de 1940, matérias como "A escola primária e a defesa da infância" abordaram a educação como uma forma de prevenção à delinquência juvenil. A obrigatoriedade do ensino primário foi introduzida em 1941, acompanhada de sanções para pais que não garantissem a escolarização básica, reforçando a educação como meio de combater comportamentos desviantes. No entanto, a falta de acesso à educação nas áreas rurais foi identificada como um fator de risco, levando a apelos para a construção de escolas em regiões carentes. No final da década de 1940, o jornal destacou a criação da "Associação de Proteção à Infância de Feira de Santana", uma tentativa de organizar e garantir a proteção das crianças e adolescentes, incluindo os menores infratores. Nesse contexto, surgiram propostas de criação de instituições de apoio, como patronatos agrícolas, visando a reabilitação e reintegração dos menores em situação de abandono. Em 1947, o jornal publicou críticas à prisão de menores, sugerindo que crianças não deveriam ser tratadas como criminosas, mas sim com uma abordagem mais humana e adaptada às suas necessidades. A década de 1950 refletiu o aumento da preocupação com os menores infratores, mas ainda no contexto de desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero. A criação do Código de Menores e a regulamentação das políticas de proteção à infância surgiram, mas as falhas no atendimento e a exclusão social de crianças negras e pobres continuaram a ser um desafio. Enquanto se promoviam reformas educacionais para reintegrar essas crianças socialmente, o Estado falhava na aplicação de políticas efetivas, deixando muitas crianças em situações de vulnerabilidade.

A vigilância sobre os menores, especialmente os de classes populares e racializados, era intensificada, como evidenciado durante a festa de micareta em Feira de Santana, onde comissários de menores impuseram um controle rígido sobre os jovens. Essa prática reflete a ideia de controle social, discutida por sociólogos como Stuart Hall, que analisa como a criminalização da juventude negra fortalece a ordem social. O jornal também abordou a marginalização das crianças, especialmente os meninos de classe baixa, que eram frequentemente vistos como alvos de vigilância e controle social.

A criação do Código de Menores e da Federação das Associações de Proteção à Infância, ainda que visassem proteger e controlar os menores infratores, muitas vezes reforçaram as desigualdades, tratando as crianças mais vulneráveis como objetos de vigilância e correção, em vez de oferecer uma verdadeira integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

A análise das relações de sociabilidade entre menores infratores, com foco na construção da masculinidade, revela como normas de gênero, comportamento desviante e estruturas sociais se inter-relacionam, moldando as identidades desses jovens. A masculinidade hegemônica, caracterizada por agressividade, competitividade e autossuficiência, impõe aos jovens um padrão de conduta que muitas vezes resulta em comportamentos violentos e delinquentes. Em contextos de marginalização social, esses jovens buscam reconhecimento e pertencimento por meio de atos infratores, os quais são percebidos como uma forma de afirmar sua masculinidade. A pesquisa se baseia em teorias de Foucault sobre poder e disciplina, mostrando como as instituições de controle, como escolas e centros de correção juvenil, não apenas reprimem, mas também reforçam as normas de gênero e os estigmas sociais, consolidando a identidade de "delinquente" nos jovens e dificultando sua reintegração social. A sociabilidade, influenciada por classe, raça e gênero, leva esses jovens a aderir a códigos de conduta que, em muitos casos, envolvem a violência como forma de afirmação de masculinidade. Além disso, a pesquisa utiliza reportagens da época para analisar como os meios de comunicação reforçavam a criminalização dos menores infratores, associando-os a falhas morais e estigmas negativos. A mídia ajudava a perpetuar a ideia de que esses jovens eram "problemáticos" ou "desviantes", sem considerar os fatores sociais e econômicos que influenciavam seus comportamentos. No contexto brasileiro, especialmente em áreas marginalizadas, a violência surge como uma forma de sobrevivência e de construção identitária para muitos jovens. A pressão social para aderir aos códigos masculinos e a falta de oportunidades contribuem para a delinquência juvenil. A violência e a marginalização não podem ser vistas como fenômenos isolados, mas como resultados de um sistema que reforça normas de gênero e marginaliza os mais vulneráveis. A pesquisa destaca a importância de considerar essas dinâmicas na formulação de políticas

públicas, que devem não apenas punir, mas também promover a inclusão social e desconstruir normas de gênero que perpetuam a violência e a exclusão juvenil.

FONTES

1. Museu Casa do Sertão – Centro de Estudos Feirenses.

- 1.1 Jornal

Jornal Folha do Norte (1940 – 1960).

- 1.2 Decreto Lei de 29 de dezembro de 1937 (Código de Posturas)

2. Decreto Lei que cria no Departamento de Saúde a Divisão de Amparo à Maternidade, Infância e Adolescência (1942).

3. Planta da cidade de Feira de Santana – P711.435 (812.8-2 F. de Sant’Anna (sem data).

- 3.1 Planta da cidade de Feira de Santana – P711.433 (812.8-2 F. de S. (1878).

- 3.2 Relatório do Serviço de Higiene Infantil da Bahia, apresentado no 4º Congresso Americano da Criança pelo Dr. Martagão Gesteira (1924).

4. Acervo digital da República Federativa Brasil disponível no site do Governo.

- 4.1 Constituições

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934).

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937).

- 4.2 Lei nº 3987 de 02 de janeiro de 1920

- 4.3 Decretos

Decreto nº 16.300 de 13 dezembro de 1923.

Decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923.

Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927 – Código de Menores. Decreto nº 24.278 de 22 de maio de 1934.

Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de Fevereiro de 1940.

5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Seção Conteúdo Histórico. Censos do Brasil e Municípios

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano**. Rio De Janeiro: Rocco, 1993.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2ª. Ed Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOXER, C.R. **O Império Colonial Português**. Companhia das Letras, 2002. BARBOSA, Andréa da Rocha Rodrigues. **A História (quase) secreta: sexualidade infantojuvenil e crimes sexuais na cidade de Salvador (1940-1970)** – Salvador: Sagga, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BECKER, Howard S. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. New York: The Free Press, 1963.

RODRIGUES, Andréa Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade de Salvador, 1940-1970**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Edusp, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**.

BRASIL. Código Penal 9. Ed São Paulo: Saraiva, 2003..

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Silva. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS.n. 2, p. 223-244, 1983.

KNIBIEHLER, Yvonne. **História da virgindade**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. LEVI, Giovanni;

SCHMITT, Jean Claude (org.). **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920 – 1960**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SANCHEZ, Maria Aparecida. **As razões do coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950**. Tese (Doutorado em História)

– Universidade Federal fluminense, Niterói.

SCOTT, Joan Wallak. **Prefácio a Gender and politics of History**. Cadernos Pagu, Campinas, v. n.3, p.1127, jan.2007